



## OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO DAS MULHERES NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Classe social, Relações ético-raciais, Gênero, Diversidade sexual

LAUANA DE PAULA ALVES NEVES<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este estudo analisa a opressão e exploração das mulheres na sociedade capitalista, destacando a intersecção entre classe, raça e gênero. A partir das contribuições de autores clássicos e autoras feministas, a pesquisa evidencia como as estruturas econômicas e sociais do capitalismo perpetuam desigualdades, limitando as oportunidades de trabalho e promovendo a marginalização das mulheres. A divisão sexual do trabalho é apresentada como um mecanismo central para entender essa dinâmica, onde o trabalho reprodutivo feminino é desvalorizado e invisibilizado, reforçando a subordinação das mulheres. O estudo destaca a importância de uma abordagem interseccional nas lutas por igualdade de gênero, evidenciando que a superação das desigualdades está intimamente ligada à transformação da sociedade.

**Palavras-chave:** Opressão, exploração, gênero, capitalismo, divisão sexual do trabalho.

**ABSTRACT:** This study analyzes women's oppression in capitalism, focusing on class, race, and gender. Using classical and feminist authors, it shows how capitalism perpetuates inequalities, limiting opportunities and marginalizing women. The sexual division of labor, with the devaluation of women's reproductive work, reinforces this subordination. The study highlights the importance of an intersectional approach to overcome inequalities, linking social transformation to the structural change of capitalism.

**Keywords:** Oppression, exploitation, gender, capitalism, sexual division of labor.

### INTRODUÇÃO

A opressão e exploração das mulheres na sociedade capitalista é um tema central nas discussões sobre classe social, raça e gênero. A análise deste fenômeno exige uma perspectiva interseccional, que considere as diversas formas de opressão que grupos marginalizados enfrentam no Brasil contemporâneo, como o racismo e o sexismo, e como estas se interligam com as desigualdades de classe.

O presente estudo busca analisar a relação entre o capitalismo e a opressão de gênero. A partir das contribuições de autores como Marx (2023), Engels (1984), e autoras feministas

---

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Campus do Mucuri. Teófilo Otoni/MG. Email: [lauana.neves@ufvjm.edu.br](mailto:lauana.neves@ufvjm.edu.br).



como Saffioti (1976; 1984; 1988); Federici (2017; 2019) e Vogel (2022), buscaremos compreender como as estruturas econômicas, sociais, culturais e ideológicas do capitalismo limitam a igualdade de direitos e oportunidades e contribui para a subordinação das mulheres. Serão explorados temas como a divisão sexual do trabalho, a ideologia de gênero e o papel do Estado na preservação da desigualdade. A investigação tem como foco principal levar à compreensão de que a luta das mulheres por igualdade está intimamente ligada à luta de classes e à transformação social.

Apesar dos avanços históricos, desde a Revolução Industrial até os dias de hoje, as mulheres alcançaram progressos significantes, porém ainda enfrentam desafios persistentes, não apenas aqueles relacionados a sua própria condição de mulher, como também, obstáculos relacionados à falta de oportunidade de crescimento, desigualdade salarial, assédio e falta de políticas de conciliação entre vida pessoal e profissional (Saffioti, 1988).

A acumulação de capital, central no capitalismo, estrutura a sociedade em classes, com a exploração da força de trabalho para a geração de lucro (Marx, 2023). Esse sistema utiliza a ideologia dominante para justificar a desigualdade e alienar a classe trabalhadora, através de mecanismos como expropriação, leis e valores transmitidos por instituições como o Estado, a Igreja, a família, a escola, os meios de comunicação, etcetera. (Marx, 2023; Raó, 2017). Dessa forma, o capitalismo, por sua natureza econômica, ideológica e social, dissemina valores que perpetuam a opressão e alienação, fundamentais para sua reprodução.

Compreende-se, a partir da análise de Marx, reforçada por Raó, que o capitalismo se utiliza da ideologia dominante, não apenas para explorar a classe trabalhadora como um todo, como também para manter e intensificar a opressão de gênero, que se manifesta, por exemplo, na divisão sexual do trabalho e na desigualdade salarial. Essa opressão serve como um mecanismo para justificar e naturalizar a desigualdade entre homens e mulheres, contribuindo para a manutenção da ordem social capitalista.

A partir dessa compreensão, no que diz respeito à opressão às mulheres no sistema capitalista, é possível afirmar que embora as opressões impostas pelo patriarcado sejam anteriores a ele, “essas opressões sobreviveram à sua emergência e tornaram-se necessárias às relações sociais capitalistas” (Barroso, 2018, p. 456).



Saffioti (1984) argumenta que embora distintas, “opressão e exploração não têm um fundamento diferente. Em última instância, ambas estão enraizadas na economia, ainda que a dimensão opressão se faça revestir de evidentes elementos ideológicos” (Saffioti, 1984, p. 19). Desse modo, a autora defende que a opressão e a exploração estão intrinsecamente ligadas no sistema capitalista, enraizadas na economia. A opressão, embora revestida de elementos ideológicos, serve como um mecanismo para justificar e naturalizar a desigualdade de gênero, contribuindo para a manutenção da ordem social. Para a autora, a raiz do problema reside na desigualdade de poder entre homens e mulheres, sustentada por um sistema econômico e social que privilegia os homens.

Assim, o capitalismo, ao estruturar a sociedade em classes e impulsionar a acumulação de capital, molda as relações de gênero e reproduz a opressão das mulheres. Particularmente, a divisão sexual do trabalho emerge como um mecanismo crucial para a compreensão desse processo. Historicamente, as mulheres foram relegadas a tarefas domésticas e a setores específicos do mercado, limitando suas oportunidades e perpetuando desigualdades salariais. Na próxima seção, aprofundaremos a análise da divisão sexual do trabalho, explorando como essa construção social contribui para a subordinação feminina e se entrelaça com outras formas de opressão.

## **A Divisão Sexual do Trabalho**

Por diversos fatores, próprios de cada momento histórico, as atividades atribuídas a homens e mulheres, sempre foram diferenciadas.

Engels esclarece que “a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos” (Engels, 1984, p. 70). Na sociedade capitalista, essas contradições também estão presentes, porém, assumem características próprias e inerentes ao atual sistema de produção. Assim, a divisão sexual do trabalho, que se inicia na esfera doméstica, se estende para a esfera pública com a transição para o capitalismo.

Nessa mesma direção, Rocha (2018) relembra que as mulheres, assim como os homens, sempre trabalharam; porém, ela afirma que a divisão sexual do trabalho, ou seja, a forma como o trabalho é distribuído entre homens e mulheres, não é algo natural e nem fixo,



mas tem raízes históricas na sociedade, e é construída e moldada pela prática social. Para Rocha (2018), a hierarquização da divisão sexual do trabalho se intensificou durante a transição do feudalismo para o capitalismo, quando foram destinados aos homens os trabalhos remunerados nos espaços públicos, e às mulheres foram banidas desses espaços e exiladas no trabalho doméstico.

Rocha, pondera:

Assim, retoma a caça às bruxas como um fenômeno fundante do modo de produção capitalista em que a nova divisão sexual do trabalho doméstico é imposta às mulheres, assim como a reprodução de sua força de trabalho como um trabalho forçado e sem remuneração alguma. Em sua pesquisa considera importante investigar sobre as circunstâncias históricas específicas em que a perseguição às bruxas se desenvolve, que coincidem com as razões pelas quais o surgimento do capitalismo exigiu um ataque genocida contra as mulheres. A perseguição às bruxas, assim como o tráfico de escravos e os cercamentos, constitui um aspecto central da acumulação e da formação do proletariado moderno (Rocha, 2018, p. 10).

Essa divisão do trabalho, que confina as mulheres ao espaço doméstico e as afasta do trabalho remunerado, é fundamental para a manutenção da ordem social capitalista, pois garante a reprodução da força de trabalho sem custos adicionais.

Para compreender como essa divisão do trabalho se consolidou, é fundamental analisar o período de transição do feudalismo para o capitalismo, conforme explorado por Silvia Federici. Federici (2017) enumera eventos de grande importância para essa transição, destacando a “destruição do poder das mulheres” e sua sujeição, com a perseguição e o extermínio daquelas que resistiam, classificadas como “bruxas” (Federici, 2017, p. 119). Esse período histórico foi essencial para subjugar as mulheres, e confinar as mesmas ao trabalho doméstico e reprodutivo.

Ainda outro aspecto importante apresentado por Federici (2017) é que o processo de formação do modo de produção capitalista

foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno. (Federici, 2017, p. 119).



Assim, as desigualdades de gênero foram, na gênese do capitalismo, constitutivas, e são até hoje, um mecanismo de perpetuação das divisões de classe.

Benamor também teceu considerações acerca da divisão sexual do trabalho. Para a autora, a origem dessa divisão está na atribuição do trabalho reprodutivo às mulheres, e “De acordo com essa divisão, a produção tem mais valor do que a reprodução e, portanto, a produção “masculina” vale mais do que a “feminina”” (Benamor, 2022, p. 9).

A partir dessa perspectiva econômica, as relações sociais na sociedade capitalista se estabelecem numa separação entre a produção econômica e a reprodução social, onde a produção econômica refere-se ao trabalho produtivo de bens e serviços para o mercado e a reprodução social sendo responsável por garantir a reprodução humana, não apenas no seu contexto biológico, ou seja, no que diz respeito à reprodução biológica propriamente dita, como também, no seu contexto social, no que tange a reprodução da força de trabalho, através da “sua manutenção cotidiana, educação, técnicas produtivas e socialização; e reprodução social que cuida da transmissão de recursos econômicos de uma geração para outra por meio de instituições como a família” (Benamor, 2022, p. 8).

Assim, essa divisão não é natural, mas socialmente construída e historicamente determinada. A alienação do homem em relação ao resultado do seu trabalho é um conceito central na teoria marxista. No caso das mulheres, a alienação se manifesta na desvalorização do trabalho doméstico, que, apesar de ser essencial para a reprodução da força de trabalho, não é reconhecido como trabalho produtivo.

Ao analisar a divisão sexual do trabalho, sob a luz da teoria marxista, é fundamental considerar a categoria mais-valia. No caso das mulheres, a mais-valia é extraída não apenas do trabalho assalariado, mas também do trabalho doméstico não remunerado. Esse trabalho é essencial para a geração de mais-valia, porque ao realizar essas tarefas, as mulheres garantem que os trabalhadores estejam capacitados para retornar ao trabalho no dia seguinte. Dessa forma, através do trabalho doméstico, elas contribuem com a reprodução da força de trabalho. (Federici, 2017)

As análises de Marx acerca da acumulação capitalista, em “O Capital” (Marx, 2023), demonstram a importância da divisão sexual do trabalho para esse processo. Ao atribuir às



mulheres as tarefas ligadas à reprodução social, o sistema capitalista garante a reprodução da força de trabalho sem a necessidade de remunerar esse trabalho.

No capitalismo, o trabalho é predominantemente definido como aquele que produz mais-valia (Mies, 2016), o que confere maior valor social aos papéis ligados à produção, historicamente atribuídos aos homens.

Mies (2016) argumenta que a divisão entre homens e mulheres é construída socialmente, estendendo-se à percepção dos corpos, onde o capitalismo valoriza as partes 'produtivas' em detrimento das 'reprodutivas'. (Mies, 2016, p. 841)

A partir dessa análise, Mies sustenta que a divisão sexual do trabalho esconde uma relação de dominação e exploração, e que “essa relação hierárquica e exploratória é intencional e não meramente uma simples divisão de tarefas entre parceiros iguais” (Mies, 2016, p. 842). Desse modo, de acordo com o pensamento exposto por Mies (2016), a base da exploração das mulheres na sociedade capitalista está justamente na ideia de que o trabalho produtivo, que gera valor econômico, é superior ao trabalho reprodutivo, historicamente associado às mulheres.

Essa hierarquização do trabalho reforça a exploração das mulheres, que são frequentemente sub-remuneradas e cujas contribuições são tratadas como secundárias, perpetuando relações de poder desiguais que sustentam o sistema capitalista. Todas essas desvantagens sociais enfrentadas pelas mulheres foram aproveitadas pelo sistema capitalista para explorá-las ainda mais e maximizar a extração de mais-valia.

As mulheres muitas vezes são submetidas a condições de trabalho mais precárias, enfrentam assédio, discriminação salarial e têm menos acesso a proteções trabalhistas. Além disso, na maioria das vezes, são responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado, o que prolonga sua jornada de trabalho, limitando suas oportunidades de participação no mercado de trabalho remunerado.

Carmen Silva (Silva *et al*, 2005), comentando os impactos do atual modelo de acumulação do capitalismo no mundo do trabalho, assevera que a flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, permite formas de trabalho precarizadas,





subcontratações, contratações temporárias, terceirizações, etc.<sup>2</sup>, afetando com mais vigor as mulheres.

De acordo com as autoras, são “as mulheres, sobretudo, que têm ocupado estes postos de trabalho mais precários, numa visível e cruel mostra da incorporação das desigualdades da divisão sexual do trabalho para fins de acumulação capitalista” (Silva, *et al.*, 2005, p. 33). As autoras ressaltam ainda que

As privatizações, que acompanham esse processo, e o desenvolvimento tecnológico aumentam as exigências de qualificação, principalmente para as mulheres, ao mesmo tempo que têm tornado piores as condições de trabalho e aumentado a vulnerabilidade, a instabilidade, o sofrimento mental. Por outro lado, como sempre estiveram alijadas do acesso à tecnologia, as mulheres entram já em desvantagem no mercado de trabalho (Silva, *et al.*, 2005, p. 34)

Ao considerarem tais questões, presentes no atual modo de produção, as autoras analisam que embora a vulnerabilidade e a precariedade como características do trabalho das mulheres, bem como a “desvalorização social do trabalho reprodutivo e, neste âmbito, a invisibilidade do trabalho domésticos realizado pelas mulheres”, não sejam exclusivas do capitalismo, tais questões se agravam no atual modo de produção (Silva, *et al.*, 2005, p. 34).

As estruturas da sociedade capitalista se consolidam econômica e ideologicamente de forma articulada. Economicamente, a exploração do trabalho humano constitui uma peça fundamental do modo de produção capitalista. Ideologicamente, a disseminação de determinados modos de pensar coletivos são indispensáveis para a conservação da ordem social. Nesse sentido, a invisibilidade e a desvalorização do trabalho, realizado pelas mulheres, cumpre um importante papel para a sujeição e subordinação delas, contribuindo com a perpetuação do modo de produção capitalista. Essa dinâmica de exploração e subordinação, que se manifesta na divisão sexual do trabalho, se estende para além do espaço produtivo, alcançando também o âmbito da reprodução social, conforme exploraremos a seguir.

## TRABALHO E VIDA DOMÉSTICA: DESAFIOS DA REPRODUÇÃO SOCIAL

---

<sup>2</sup> Para um entendimento mais aprofundado acerca das mudanças no mundo do trabalho no atual modelo de acumulação capitalista, recomenda-se a leitura de Silva, *et al.* (2005).



A teoria da reprodução social analisa como o trabalho reprodutivo sustenta a força de trabalho e, conseqüentemente, o capitalismo. Segundo Vogel (2022), “A reprodução social implica, finalmente, a reprodução das condições de produção” (Vogel, 2022, p. 325). Assim, a autora define reprodução social como a manutenção das condições de produção, essencial para a continuidade do sistema. Portanto, para Vogel, “A reprodução da força de trabalho é uma condição da produção, pois recoloca ou repõe a força de trabalho necessária à produção” (Vogel, 2022, p. 326).

Embora Marx não tenha abordado diretamente o trabalho reprodutivo, sua análise do valor e da exploração, em *O Capital* (Marx, 2023), também pode ser aplicada ao entendimento do trabalho doméstico e reprodutivo. Engels (1984), assim como Marx (2023), reconhecem a importância do trabalho reprodutivo, mas destacam como o capitalismo o explora, desvalorizando-o e não remunerando-o de forma adequada, pois o valor do trabalho é determinado pela produção capitalista e o trabalho não remunerado não é contabilizado diretamente no sistema de mais valor. Essa desvalorização do trabalho reprodutivo resulta na exploração constante das mulheres, principais responsáveis por ele. Elas enfrentam os desafios da dupla jornada, conciliando trabalho remunerado e responsabilidades domésticas, enquanto sua contribuição permanece invisível e desvalorizada.

O trabalho reprodutivo, que abrange não apenas a maternidade, mas todo o trabalho doméstico necessário para a sobrevivência e reprodução dos homens, é essencial para a manutenção da força de trabalho disponível para o sistema capitalista. Sem a reprodução da força de trabalho, o sistema produtivo não poderia funcionar, pois ela torna possível a produção de novos trabalhadores e o cuidado com os trabalhadores existentes, de forma a manter a força de trabalho em boas condições para o processo de produção capitalista.

Historicamente, como já vimos, a divisão sexual do trabalho atribuiu às mulheres a responsabilidade com as tarefas reprodutivas e o cuidado, exilando-as na esfera doméstica, e impondo uma exaustiva dupla jornada. Para Vogel (2022), a dominação dos homens sobre as mulheres é incentivada pela classe dominante, pois a maternidade pode resultar em uma diminuição significativa da capacidade de trabalho da mulher, exigindo que ela seja sustentada durante o período em que sua contribuição para a produção econômica é reduzida.





“Para resolver a contradição”, argumenta Vogel (2022), “em uma sociedade concreta, a classe dominante prefere estratégias que minimizam o trabalho necessário a longo prazo, enquanto asseguram a reprodução da força de trabalho”. Por isso, os homens obtêm mais meios de subsistência, tornando-se responsáveis pela família durante o período de menor disponibilidade da mulher. Assim, a superioridade masculina é um arranjo da sociedade de classes para resolver a contradição entre gerar filhos e a apropriação do mais-trabalho (Vogel, 2022, p. 337-338).

Silvia Federici (2017), em “O Calibã e a Bruxa”, propõe que o capitalismo, em sua gênese e expansão, não apenas dominou os trabalhadores, mas também produziu desigualdades e opressões baseadas em gênero e raça, utilizando essas divisões como ferramentas para sustentar sua dominação. A autora argumenta que a acumulação primitiva exigiu transformar o corpo humano em ‘máquina de trabalho’, o que incluiu sujeitar as mulheres, para garantir a reprodução da força de trabalho. De acordo com Federici (2017), a acumulação primitiva não é “simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital” (Federici, 2017, p. 118), mas inclui a criação de hierarquias baseadas em gênero, raça e idade, que se tornaram partes essenciais da dominação de classe e da estruturação do proletariado moderno, gerando novas formas de opressão que mantêm e aprofundam a exploração.

Em outro trecho da mesma obra, Federici explora como a transição para o capitalismo resultou na desvalorização do trabalho reprodutivo, pois a produção passou a ser orientada para o mercado, gerando lucro, enquanto a reprodução, essencialmente, o trabalho necessário para sustentar a vida, como cuidados, educação e manutenção do lar, foi desvalorizada e desvinculada do processo econômico.

Nesse novo regime, somente a produção para o mercado foi reconhecida como atividade criadora de valor. O trabalho reprodutivo passou a ser visto como algo sem valor econômico, deixando de ser considerado ‘trabalho’. Desse modo, a desvalorização do trabalho reprodutivo é funcional ao capitalismo, permitindo a exploração da força de trabalho sem custear sua reprodução. Assim, as mulheres são duplamente exploradas, no trabalho e no lar, o que as coloca em desvantagem nas relações de trabalho e familiares.



Em "O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista", Federici (2019) aprofunda sua crítica à apropriação capitalista do trabalho reprodutivo e afirma que este é o trabalho que sustenta a vida, mas é sistematicamente desvalorizado e explorado. Para a autora, "a desvalorização de campos inteiros da atividade humana, a começar por aqueles que asseguram a reprodução da vida humana" faz parte dos mecanismos utilizados pela lógica capitalista, que prioriza o lucro em prejuízo das necessidades humanas, "para perpetuar seu poder e manter a classe trabalhadora dividida" (Federici, 2019, p. 26). Essa desvalorização do trabalho reprodutivo contribui para manter uma estrutura de opressão às mulheres. Aliás, no entendimento da autora, a ordem econômica vigente é a causa das novas formas de exploração das mulheres.

Saffioti (1976) complementa a discussão ao mostrar como o capitalismo tornou o sexo operacional para marginalizar as mulheres, justificando sua subordinação com construções sociais que associavam seu trabalho à reprodução e à esfera doméstica. O trabalho reprodutivo, embora pago fora do lar, era desvalorizado em relação à produção para o mercado. Dentro do lar, tornou-se invisível, disfarçado de "vocação natural" feminina, sem reconhecimento ou remuneração justa. Desse modo, as mulheres foram gradualmente sendo excluídas de várias ocupações remuneradas e reclusas ao trabalho doméstico e reprodutivo, ou a empregos mal remunerados, com salários muito inferiores aos masculinos. Esse processo contribuiu com a perpetuação da divisão sexual do trabalho, onde os homens se dedicam à produção e as mulheres à reprodução, fixando as desigualdades de gênero dentro do modo de produção capitalista (Federici, 2017).

Saffioti (1976) destaca a indispensabilidade do trabalho feminino para a sociedade, argumentando que, embora outras categorias sociais pudessem realizar o trabalho doméstico e reprodutivo, a contribuição das mulheres é insubstituível. Isso se deve a dois fatores principais: primeiro, a ausência do trabalho feminino agravaria problemas sociais como desigualdade e marginalização, comprometendo a estabilidade; segundo, as mulheres representam metade da população mundial e sua participação na reprodução biológica e social é essencial para a manutenção da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



Este estudo evidencia de maneira crítica como a opressão e a exploração das mulheres estão profundamente interligadas ao sistema capitalista, que perpetua desigualdades por meio da divisão sexual do trabalho e a desvalorização do trabalho reprodutivo. A análise realizada ressalta que, embora as opressões de gênero sejam históricas e anteriores ao capitalismo, elas foram instrumentalizadas e intensificadas por ele, sendo fundamentais para a reprodução das relações sociais capitalistas.

A opressão de gênero não se limita à classe trabalhadora. Vogel (2022, p. 341) destaca que “as mulheres da classe dominante também podem ser subordinadas aos homens da sua classe”, devido ao seu papel na reprodução social, assegurando a hereditariedade. No entanto, embora compartilhem a subordinação, suas realidades diferem: enquanto a classe trabalhadora enfrenta exploração econômica, a classe dominante lida com a garantia da continuidade da propriedade. Assim, as lutas por direitos e igualdade não são universais. Portanto, se a opressão à mulher possui particularidades de acordo com a classe social, não é possível analisar as questões de gênero separadamente da análise das relações de classe, uma vez que ambas estão entrelaçadas na manutenção do poder dominante na sociedade.

Dessa forma, a interseccionalidade entre classe, raça e gênero é indispensável para entender as múltiplas dimensões da opressão que as mulheres enfrentam. Sendo assim, as lutas por igualdade de gênero precisam ser articuladas com as lutas de classe, já que a superação das desigualdades está intrinsecamente relacionada à transformação do sistema social e econômico vigente.

Portanto, a construção de um futuro que promova a equidade de gênero, raça e classe deve ir além da simples implementação de políticas inclusivas; deve envolver um comprometimento com a superação das bases do sistema capitalista, abordando suas contradições e buscando alternativas que assegurem a justiça social e a igualdade.

A necessidade de uma transformação radical do sistema capitalista encontra-se na sua incapacidade de promover uma verdadeira igualdade. As políticas inclusivas, embora importantes, operam dentro de um sistema que perpetua as desigualdades. Para que a equidade de gênero, raça e classe seja alcançada, é imperativo dismantelar as estruturas que sustentam a exploração e a opressão. Isso implica em repensar as relações de poder, a distribuição de recursos e a organização do trabalho, buscando alternativas que priorizem a justiça social.



A luta pela igualdade de gênero não pode ser dissociada da luta por justiça social. A superação do capitalismo exige a construção de um novo modelo de sociedade que valorize o trabalho reprodutivo, promova a divisão equitativa do trabalho doméstico e reconheça a importância do cuidado. É preciso desconstruir os estereótipos de gênero, raça e classe, promovendo o respeito à diversidade e a valorização das diferenças. É fundamental desafiar a lógica do lucro e do individualismo, construindo comunidades que priorizem o bem-estar social. Somente através da ação coletiva e da transformação radical das estruturas sociais e econômicas poderemos construir um futuro em que a equidade de gênero, raça e classe seja uma realidade para todos, e não apenas uma ideal distante.

## REFERÊNCIAS

- BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.
- BENAMOR, Luíza Gil Nieto Paggianella. **Relação entre o capitalismo e o valor do trabalho feminino**. São Paulo, 2022.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1984.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. de Coletivo Sycoraxe. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.
- MIES, Maria. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. **Revista Direito & Praxis**, v.7, p. 838-873. Rio de Janeiro, 2016.
- RAÓ, Eduardo Martins. Capitalismo e vida social moderna. **Revista Iniciativa Econômica**. Araraquara, v. 3 n. 2, julho-dezembro de 2017. Araraquara, 2017.
- ROCHA, Camila Carduz. Divisão Sexual do Trabalho e Força de Trabalho da Mulher no Capitalismo. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. UFES. Vitória, 2018
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 4 ed. Petrópolis, Vozes, 1976.



SAFFIOTI, Heleieth. Movimentos sociais: a face feminina. In: Nanci Valadares de Carvalho (org.). **A Condição Feminina**. São Paulo: Vértice, 1988, p.143-178.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher Brasileira: Opressão e Exploração**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SILVA, Carmen, et al. **Mulher e trabalho**: encontro entre feminismo e sindicalismo. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres**: Rumo a uma teoria unitária. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2022.